

Artigos

Recebido: 10.12.2020

Aprovado: 17.02.2021

Publicado: 05.08.2022

DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v10i2.10553>

Resenha do livro “Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro” de Marcos Nobre

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

Carolini Dellavelle Vilão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6649-7759>

Helena Barriga Mutran Klöppel

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-1302-299X>

Loiane Prado Verbicaro

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3259-9906>

Thayná Monteiro Rebelo

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7958-4453>

Valeska Dayanne Pinto Ferreira

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0110-9679>

O livro resenhado, “*Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*”, de Marcos Nobre, foi discutido no Grupo de Pesquisa (CNPq/UFPA) “Filosofia Prática: Investigações em Política, Ética e Direito” no segundo semestre de 2022. O autor do livro participou do encontro final que contou com um debate com a participação dos Professores Loiane Verbicaro, Antônio Maués e Rodrigo Dolandeli da Universidade Federal do Pará. A conversa está gravada no canal do Youtube da Faculdade de Filosofia da UFPA.

Nobre é professor de filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp), pesquisador na área de Filosofia Política e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Sua formação acadêmica ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), onde graduou-se em Ciências Sociais e fez mestrado e doutorado. Ainda, é um dos fundadores do coletivo de pesquisa “Núcleo Direito e Democracia” e coordenador de projeto temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

No âmbito da ciência política, Nobre concentra seus estudos especialmente no funcionamento do sistema político brasileiro e na cultura política que lhe é estruturante. Em 2013, o autor publicou o livro *“Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma”*, cuja problemática pauta-se na verificação da convivência de uma normalidade democrática, do ponto de vista formal, com a ausência de uma “vida política substantivamente democrática”, decorrente do elevado nível de desigualdades associado à baixa participação política da sociedade¹. Diante desta constatação, o teórico questiona-se o que poderia explicar as desigualdades persistentes e de que forma o sistema político mantém sob controle os conflitos de uma sociedade tão desigual.

Como argumento principal da obra, Nobre sugere que a cultura política brasileira, estabelecida em 1980 e alterada em alguns aspectos ao longo dos anos, vem estruturando e blindando o sistema político face à sociedade, principalmente em relação às forças de transformação social. Nobre denomina esta estrutura conservadora de blindagem de “pemedebismo”, em referência ao período em que o PMDB apresentou dominância política. De acordo com a sua análise, o pemedebismo assume a forma de supercoalizões, organizadas segundo uma estrutura de vetos hierarquizados, que impermeabiliza o sistema político face às transformações sociais de vulto.

Após a publicação do livro, o sistema político brasileiro encarou a contestação aberta dos resultados eleitorais pelo candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves; o impeachment de 2016; o estreitamento da política neoliberal com governo Temer e o novo regime fiscal; a eleição do candidato de extrema-direita em 2018; e a pandemia da Covid-19.

Diante deste novo contexto, Nobre publica a obra *“Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia”*, de 2020. Nela, o autor discute o colapso institucional vivenciado pelo Brasil desde 2013, o projeto autoritário do governo de extrema-direita e a sua postura em relação à pandemia. No anexo do livro, o filósofo introduz alguns de seus argumentos quanto ao significado das manifestações de 2013 para o nosso sistema político, destacando que a estabilização político-econômica gerada pelo Plano Real tornara-se insubsistente, porém, ainda assim, os partidos políticos preferiram se blindar da energia social das ruas, mantendo-se alinhados a cultura política dominante.

A presente resenha refere-se ao último livro publicado pelo autor, *“Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro”*, de 2022. Marcos Nobre apresenta, neste momento, o amadurecimento de seus argumentos acerca do período de colapso institucional e da ascensão do bolsonarismo, além de oferecer desenvolvimentos teóricos sobre o conceito de “pemedebismo” e tratar do funcionamento desta estrutura de blindagem durante o governo Bolsonaro. O livro é organizado em quatro capítulos e de imediato apresenta uma introdução instigante, adotando junho de 2013 como ponto de referência e inflexão, capaz

1 NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013. p. 9.

de demarcar uma nova formatação de sociabilidade, com reflexos diretos em nossas configurações políticas.

Estruturalmente, subdividimos esta resenha em quatro seções, cujos títulos coincidem com os capítulos do livro resenhado. Em cada uma delas, buscamos apresentar o resumo dos principais argumentos de Nobre. Ao final, apresentamos algumas considerações sobre a leitura realizada. Desde logo, sustentamos que “*Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*” já se tornou um livro de referência para os debates, no âmbito da ciência e filosofia políticas, sobre os recentes desdobramentos da democracia brasileira, tanto em relação à (ausência de) resposta do sistema político às manifestações de 2013, como no que tange à guinada democrática rumo à extrema-direita a partir de 2018.

Pemedebismo, presidencialismo de coalizão e crise democrática

No primeiro capítulo da obra, Nobre observa que a dinâmica do sistema político brasileiro se moldou, desde 1994, na formação de megabloques de apoio ao governo, limitando a oposição a um pequeno espaço, geralmente inserido dentro da própria coalizão de governo, de modo a configurar-se como oposição interna, o que, por sua vez, impedia a articulação política e evitava, na maior medida possível, a eclosão de conflitos abertos, isto é, fora do tapete da supercoalizão. Como resultado, os partidos políticos especializaram-se, por um lado, na venda de apoio parlamentar ao governo de turno e, de outro, PT e PSDB aprimoraram-se na função de gerir este superbloco de acordo com certo projeto de governo.

As manifestações de junho de 2013 foram, dentro da argumentação de Nobre, o primeiro grande sinal de esgotamento deste arranjo político de baixa permeabilidade social. As eleições de 2014 e os acontecimentos subsequentes teriam demonstrado que esta forma de evitar conflitos abertos havia chegado ao seu limite, de maneira que o arranjo institucional estabelecido pelo Plano Real se tornara insuficiente. Do ponto de vista teórico, o autor argumenta que este período também indicou as dificuldades do modelo explicativo hegemônico na ciência política brasileira, qual seja o presidencialismo de coalizão, uma vez que esse, apesar de se apresentar como um paradigma explicativo descritivo, nasceu eivado de pretensão normativa.

Em uma leitura crítica aos desenvolvimentos de Abranches² sobre o presidencialismo de coalizão, Nobre verifica no texto o objetivo implícito de encontrar um desenho institucional que produza estabilidade para a democracia no Brasil. Dessa forma, o “presidencialismo de coalizão tornado paradigma” declarou-se como um modelo descritivo, mas atuou também como um “padrão prescritivo”, sem explicitar e esclarecer essa normatividade que lhe era inerente.

Em suma, na concepção de Marcos Nobre, o paradigma do presidencialismo de coalizão concentrou as suas forças na formação de coalizões formalmente estáveis e deixou de observar as causas e as consequências de um modelo pautado em supercoalizões, bem como fechou os olhos para as características reais de funcionamento do nosso sistema político.

Para explicar a crise do presidencialismo de coalizão, Nobre retoma a noção de pemedebismo e a aprofunda teoricamente, destacando que o conceito objetiva compreender o conservadorismo democrático e o seu modo de operar. Com isso, o autor pretende analisar as crises como ocorrências comuns ao

2 ABRANCHES, Sérgio Henrique. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 5-34, 1988.

funcionamento do sistema político, em oposição ao presidencialismo de coalizão, que busca explicações exógenas para as crises internas. Isso porque, com o pemedebismo, o Marcos Nobre não busca demonstrar a estabilidade do arranjo político, antes, pelo contrário, aceita as crises como parte integrante da lógica institucional. Dessa forma, o conceito proposto por Nobre permite lançar mão de questionamentos outros, os quais não encontram espaço no paradigma do presidencialismo de coalizão.

Ao analisar o período de 2013 a 2018, sob a ótica do pemedebismo, o pesquisador possibilita compreender como se estabeleceu a polarização entre sistema e antissistema, bem como o papel desempenhado pelo próprio sistema político, dentro de sua dinâmica pemedebista, na produção das circunstâncias que levaram à eleição de Bolsonaro em 2018 e à *forma-limite* do próprio pemedebismo, que agora assume uma figura protoautoritária.

Métricas, analíticas e partidos na democracia do digital

No segundo capítulo, Marcos Nobre compreende a crise do pemedebismo e a ascensão de Bolsonaro à presidência em 2018. Para isto, utilizou-se de quatro pré-requisitos explicativos: esboçar os contornos prévios à forma atual de democracia no Brasil, a “democracia do digital”; estabelecer algumas balizas estruturais de operação da “democracia do digital” e os efeitos institucionais da lógica das analíticas e das métricas; examinar como na “democracia do digital” as analíticas e métricas impactam sobre a natureza dos partidos digitais e tradicionais; e detalhar algumas consequências do novo cenário para a prática política, examinando novos fenômenos como dos outsiders e hiperlíderes.

Para compreender o cenário político atual do Brasil, Nobre buscou na teoria do cientista político Bernard Manin, especialmente no livro “*Princípios do governo representativo*”, entender a crise dos partidos, dos sistemas partidários e examinar os modelos de representação em diferentes períodos da modernidade. Nobre defende que o “governo representativo” é polimorfo e adapta-se conforme a conjuntura: afirma que não é a democracia ou o governo representativo que estão em crise, mas sim a sua *forma* atual.

Diante disso, o cientista político aponta a limitação de Manin sobre as democracias representativas modernas e sugere uma nova categoria de representação: a “democracia do digital”. Infere que hoje as instituições não estão funcionando regularmente, mas, pelo seu lastro social, é necessário compreendê-las para fortalecer a democracia.

Na “democracia do digital” o estudo da política precisa entender a infraestrutura que forma a opinião e esferas públicas atuais, e o próprio funcionamento institucional. Nesse contexto, considera-se a sociabilidade do digital e a configuração das esferas públicas na atualidade: os novos oligopólios de mídia “agregam opiniões e estimulam a formação de bolhas”³ dentro das redes sociais e plataformas digitais. Os oligopólios digitais vieram para contraditar a “grande mídia”, “mídia tradicional” e “*mainstream*”.

Para Nobre, a discussão sobre a regulamentação de plataformas e de redes é central, mas, sobretudo, é primordial analisar como funciona a *lógica do algoritmo da atenção*, que cria novas formas de sociabilidade digitais. Nestes ambientes a personalização tende a se intensificar e o papel das mídias tradicionais e *mainstream* de *gatekeepers* da esfera pública, de guardiões do acesso ao sistema político, entra em crise

3 V. NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022. p. 90.

junto com a crise da “democracia do público”. Assim surgem os novos movimentos digitais que foram capazes de influenciar as eleições e seus resultados em 2018 no Brasil.

É nesse sentido que o autor afirma que a localização da esfera pública na “democracia do digital” é o que permitirá diagnosticá-la. A revolução digital trouxe consequências estruturantes na maneira de perceber e de fazer política.

O autor aponta que depois dos anos 2000 a quantificação da audiência é baseada em dados, em métricas e analíticas digitais, responsáveis pelas decisões editoriais. A partir de 2010 a mudança significativa ocorreu no ambiente do ativismo digital: houve um deslocamento da mobilização para a persuasão política. O exercício da liderança política passou a pautar-se na lógica da atenção e do engajamento, modificando estruturalmente a relação entre os políticos e o eleitorado. Em suma, o objeto central na “democracia do digital” é a *disputa pela atenção* do eleitorado, fundado em métricas e analíticas.

Nobre reflete que as mudanças no comportamento eleitoral e político podem ser compreendidas a partir das correlações entre interesse e conhecimento político, nível de escolaridade e comparecimento para votar. As novas mídias reestruturam a experiência política em dois pólos: o do desengajamento e o do hiperengajamento. O mundo digital sobrevaloriza o hiperengajamento gerando influência direta nas instituições, na organização dos partidos, nas campanhas eleitorais, nos governos e nos rumos da política, favorecendo inclusive pautas de grupos *outsiders*, marginalizados pela mídia tradicional. É nesse sentido que Nobre reflete sobre a forma, sentido e significado do “partido” hoje.

Nobre entende a diversidade organizacional dos partidos como central para explicar a política e compreender o momento atual. Em contrapartida, aponta o argumento de que partidos podem ser organizações orientadas para tomar o poder, controlar o governo, mas também voltados para a institucionalidade.

As novas formas de organização têm base digital e se apresentam sob duas formas: “partido digital” e “partido plataforma”. O “partido digital” não tem por objetivo a institucionalização, pois ou deseja desafiar a institucionalidade democrática vigente para o seu aprofundamento ou busca apenas um meio para destruir essa mesma institucionalidade. O “partido plataforma” mimetiza as plataformas digitais em sua forma de se organizar, de se comunicar, de tomar decisões orientadas pelos oligopólios de Big Data.

Assim, a digitalização da política aponta para a possibilidade de transformações radicais na maneira de entender “partido”, tanto em termos organizativos e organizacionais como em termos de processos de decisão e de atuação, na relação com a sociedade e com o Estado. Hoje a questão vai muito além de compreender “partidos” e os “sistemas partidários”, envolve também entender a diversidade de processos de institucionalização, de multiplicidade de objetivos em cada configuração partidária possível no momento atual.

Nobre, influenciado pela teoria de Panebianco, reflete acerca das novas organizações partidárias tidas como antissistema, isto é, aquelas que enfraquecem a legitimidade do regime pela sua forma de funcionamento. Daí a compreensão do autor da consolidação de Bolsonaro e do bolsonarismo no meio digital, que estabeleceu uma nova forma de fazer política pelas técnicas de gestão das redes, de desvio e modulação da atenção, de mudanças de foco e atrações estratégicas.

Desse modo, Nobre analisa o caso de Bolsonaro e do bolsonarismo em termos de “partido digital”: é uma forma de movimento e de organização com expressão eleitoral que “hackeia” partidos existentes,

parasitando partidos institucionalizados, sem fundar um partido ou se fundir a um já existente. Baseia-se numa mobilização permanente, não podendo se institucionalizar no sentido tradicional do termo.

O autor examina as formas de partidos que já nascem digitais, especialmente na análise sobre a noção de “*outsiders*”. O autor compreende que essas formações políticas digitais são preenchidas por pessoas que entendem não influenciar os rumos da política tradicional, portanto, se veem excluídas da organização e das decisões no âmbito político tradicional e manifestam seu posicionamento *antiestablishment*. Assim, *outsiders* conectados desafiam os *insiders* desconectados, normalmente representantes do *establishment* político, representados aqui pelos partidos políticos.

Nobre, também, expande essa compreensão ao refletir acerca dos *outsiders* desconectados, que seriam aqueles sem acesso ou com acesso reduzido a bem-estar social estatal e à internet. Esse contingente reflete as desigualdades, a precarização e as subalternidades da realidade brasileira e, com isso, há um aumento de grupos que se compreendem como não influentes nos rumos da política.

Fazer uma relação entre as diferenças de classe, o acesso a recursos no mundo digital e os elementos geracionais nos dá as chaves explicativas do momento presente. As relações entre mudanças demográficas geracionais e a política interferem na confiança do eleitorado em relação ao meio social e político: gerações mais novas e demograficamente diferentes encaram as instituições democráticas com mais descrédito, dado importante e negligenciado pela ciência política.

Assim, Nobre afirma que o terreno já estava preparado para a chegada de líderes autoritários, uma vez que sua forma de agir tem como bases tornar supérflua a mediação, eliminar a forma de organização em partido político tradicional, com suas hierarquias e oligarquias, concentrando uma quantidade sem precedentes de poder na figura do líder.

Segundo argumenta o autor, na democracia do digital a liderança se constrói e se mantém de forma que o público reativo, por meio de interações digitais, tem a capacidade de influenciar as políticas públicas gerando hiperengajamento nem sempre verídicos com a realidade, dando certas vezes um peso desproporcional às decisões políticas fundamentais dos líderes. No caso de Bolsonaro, ele fez uso das estruturas partidárias e institucionais de forma meramente utilitária, com o objetivo apenas de expandir suas bases e para obter resultados eleitorais. Este é um típico caso de “democracia do público” onde os partidos são instrumentalizados a serviço de um líder, bem como retrata o funcionamento de um “partido digital” o qual somente se mantém no poder por interações, métricas e analíticas, e não dependem de consultas, referendos ou discussões públicas como fazem os “partidos plataforma”. O hiperlíder é o grande beneficiário dessa estrutura da “democracia do digital”.

Dado o momento histórico presente, o que temos é apenas o fenômeno e não a sua estabilização. Nesse sentido, Nobre questiona: e se, com a sociabilidade do digital, o carisma mudou a sua configuração e o seu modo de funcionamento? E se com isso surgiram organizações políticas de outra natureza? Analisando a história política brasileira, nas duas primeiras décadas do século XXI, os “dez junhos” entre 2013 e 2022 nos direcionarão para essas questões em específico.

Das ‘novas direitas’ à eleição de Bolsonaro

No capítulo terceiro, Marcos Nobre reconstrói os fenômenos que levaram até a eleição de Bolsonaro em 2018 por meio da teorização da categoria de “novas direitas”.

Ao articular as discussões da crise interna do pemedebismo, feita no capítulo primeiro, e da nova base política digital, refletida no capítulo segundo, o pesquisador analisa, neste momento, a união desses entendimentos para compreender a oposição extrainstitucional que se formou, sobretudo de 2015 a 2018.

Diferentemente de como se organizava o sistema político até meados dos anos 2000, grupos de nome ainda genérico de “novas direitas” e “novas esquerdas” tomaram forma nas redes digitais, formando um novo espaço político, ainda não habitado pela política tradicional. Tais organizações foram vistas a partir de Junho de 2013 enquanto oposição extrainstitucional, momento em que as “novas direitas” canalizaram a força antissistema, ganharam maior relevância e constituíram-se como eixo central da eleição de Bolsonaro.

Nobre é muito cuidadoso ao detalhar os pressupostos, os interesses, as características e as organizações que cercam as “novas direitas”. Isso importa ir além da concepção sobre a extrema-direita global - enquanto formação reativa aos movimentos emancipatórios -, para entender o que efetivamente representam no Brasil.

O cientista político entende que as “novas direitas” podem ser brevemente apresentadas como: um conglomerado de múltiplas vozes e ideologias, posição *antiestablishment*, detentores de força política e com grande capacidade de mobilização. Sua expansão mobilizadora foi reflexo da falta de controle da política pelo sistema político, a partir de 2015, que não se estruturou na tentativa de criar um poder alternativo ao sistema, seja à direita seja à esquerda, para canalização dessa força insurgente.

O arquipélago das “novas direitas” vinculou-se à Operação Lava Jato e na consolidação da direita nas redes, especialmente com a formação de partidos digitais, como meios de impedir que o sistema político retomasse o controle. Desse modo, Nobre articula a vinculação e a colaboração entre as “novas direitas” e a candidatura de Bolsonaro e como se desenvolveu a crise do pemedebismo em vista dessas alterações sociopolíticas.

Para tanto, Nobre teoriza acerca das “novas direitas”, junho de 2013, Bolsonaro e bolsonarismo. Ao autor, essas reconstruções sofrem de dois grandes amálgamas. O primeiro é que a crise brasileira pós-2013 não pode ser explicada pelas duas principais vertentes teóricas. De um lado, a teoria da “falha de desenho institucional” trazida, primordialmente, por Levitsky e Ziblatt que, resumidamente, entende a crise como fruto do rompimento das regras institucionais. De outro, a tese “ovo da serpente”, trazida exponencialmente por André Singer⁴, que reflete as manifestações de Junho de 2013 como pontapé de apoio a Bolsonaro.

Nobre, por outro lado, compreende que as manifestações de 2013 foram um conglomerado de demandas que tinham como fio condutor a oposição ao sistema político tradicional. Em que pese essa característica, não formaram desde logo base eleitoral para eleger Bolsonaro em 2018, ele foi o resultado da ausência de outra candidatura que refletisse os posicionamentos *antiestablishment*.

É nesse sentido que o autor entende a eleição de Bolsonaro como não acidental, mas sim fruto de

4 V. SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

(não) acontecimentos que não podem ser explicados por argumentos defensivos de falta de articulação política da esquerda, especialmente quando esteve no poder. Mas, sim, pela falta de problematização do pemedebismo como gerenciador do sistema político. É preciso responsabilizá-lo por sua falta de controle, o que cedeu espaço a Bolsonaro e ao bolsonarismo.

O segundo amálgama é entre “novas direitas” e bolsonarismo. Desenvolve Nobre que as “novas direitas” congregam públicos que se viam como marginalizados de exercerem qualquer tipo de influência no sistema político e nos seus rumos. Para sua organização e escuta valeram-se do espaço digital e constituíram-se como contrapúblicos de *outsiders* conectados, tendo a rede social, especialmente o *Orkut* criado em 2004, meio de origem das “novas direitas”, ainda dispersa e dividida.

Anos mais tarde, essas forças encontraram na Lava Jato escudo de mobilização, fator que reafirma a posição de Nobre, segundo a qual foi por meio da Lava Jato que Bolsonaro foi visto pelas “novas direitas” como o único candidato com posição extrainstitucional para as eleições de 2018.

Por sua vez, o bolsonarismo apresenta-se com a defesa de apoiar a verdadeira democracia, a democracia da ditadura para Bolsonaro - ideia que não reflete todo o pensamento das “novas direitas”. Essas formações são plurais, antagônicas e competitivas e não havia até meados de 2017 e 2018 uma homogeneidade em suas pautas. Bolsonaro, desse modo, foi um resultado, mas não estava no fronte das “novas direitas” desde o início.

Na leitura de Marcos Nobre, a expansão nacional de Bolsonaro foi formada por um tripé. O primeiro pelas redes nacionais de forças da segurança e das Forças Armadas, as quais dividiam-se em um eleitorado autoritário – bolsonaristas radicais – e potencialmente autoritário – bolsonaristas moderados. O segundo, pelo campo evangélico, os quais foram atraídos pelas investidas de Bolsonaro com seu batizado nas águas do Jordão, seus slogans com referências religiosas e seus apoiadores evangélicos. O terceiro eixo foi iniciado pela sua aproximação com as “novas direitas” a partir do segundo semestre de 2017, momento em que tomou o espaço institucional, especialmente pelas figuras de Bernardo Santoro e Rodrigo Constantino, ambos liberais conservadores.

Com essa deixa, Bolsonaro avançou para congregar filiação e investiu em uma campanha ultraliberal e de defesa da família, da ordem e da religião; fatores, esses, que atraíram os economistas pró-mercado, especialmente com a promessa de Paulo Guedes ao Ministério da Fazenda. Nesse momento, o presidente eleito em 2018 foi visto pelas “novas direitas” como candidato maleável e disposto a governar com bases nas suas diretrizes e nos vieses extrainstitucionais.

A formação de apoio do tripé só foi possível, para Nobre, graças ao domínio de Bolsonaro no espaço digital, em vista da sua capacidade de influência eleitoral, comunicacional e até mesmo de contorno às regras eleitorais pelas redes. Além disso, a prisão de Lula, o atentado à faca contra Bolsonaro e a decisão de apoio do centrão ao Alckmim foram acontecimentos fundamentais de sua vitória em 2018. Não havia mais espaço para uma candidatura que não expressasse o anseio antissistema da “nova direita”.

É nesse viés que Nobre entende que o escudo inicial de congregação das “novas direitas” pela Lava Jato, pelo tripé de apoio e pela amplitude e eficácia do digital elegeram Bolsonaro por conta da crise do pemedebismo.

Ao aprofundar sobre essas reflexões, o cientista entende que a crise do pemedebismo provocou o retorno do “centrão” e a fragmentação das supercoalizações. A chegada de Eduardo Cunha à presidência da Câmara é o símbolo dessa crise, uma vez que driblando as cúpulas partidárias conseguiu apoio, formando sua bancada particular na defesa do sistema político e contra a Lava Jato.

O cientista político reflete que Cunha, em sua aliança com o “centrão”, conseguiu consolidar a frente liberal-conservadora e combater a Lava Jato, rompendo com a ideia de que as “novas direitas” necessariamente tinham na operação o caminho para a bandeira antissistema. Foi o momento em que a oposição extrainstitucional dividiu-se no apoio, de um lado, ao lavajatismo, de outro, ao conservadorismo. Por ambos os lados, Bolsonaro foi tido como a figura conciliadora da fragmentação das “novas direitas”.

O ápice das condutas de Cunha, segundo Nobre, foi conduzir - em meio a instabilidade política desde 2013, as arbitrariedades do Poder Judiciário, a Lava Jato e o apoio midiático - o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Com base nisso, Nobre reflete, conclusivamente, que a Lava Jato foi o instrumento que impossibilitou qualquer novo rearranjo do sistema político e teve na figura de Jair Bolsonaro a defesa da operação que congregou públicos diversos na sustentação da oposição extrainstitucional, resultando em sua eleição e na extinção da própria operação que lhe deu corpo eleitoral.

O governo Bolsonaro como forma-limite do pemedebismo

Neste capítulo, Nobre aborda que a técnica de gestão do Bolsonaro é a de ser antissistema, isto é, a de não governar por se considerar contra as instituições: suas únicas intervenções são para garantir os interesses do seu eleitorado fiel.

O autor reflete que os anos de governo de Bolsonaro foram atravessados pela pandemia da Covid-19. O seu plano de governo autoritário, ainda gestado, foi progressivamente ressaltado, especialmente pelo não apoio aos governos estaduais e municipais, por sua postura negacionista e favorável à economia.

Conforme desenvolve Nobre, a tática de gestão antissistema feita por Bolsonaro consiste em criticar todas as intuições vigentes e defender o retorno daquilo que entende por adequado, o período ditatorial. Diante disso, seus anos de governo resumem-se em: desmantelamento das instituições, retirada de recursos federais do setor social, negacionismo quanto à ciência, propagação de *Fake News* e inúmeras trocas dos gestores de seus ministérios, sendo a mais emblemática a de Sérgio Moro, tido, até então, como seu grande apoiador e central para a Lava Jato.

O cientista político compreende que o acordo celebrado em 2020 com o pemedebismo e concretizado em 2021 com a entrada na presidência do Senado de Arthur Lira foi crucial à gestão de Bolsonaro. Todavia, a aliança do pemedebismo com um governo de extrema-direita é incoerente em si mesma, à medida que a dinâmica pemedebista somente é possível em instâncias democráticas. Por isso, o governo Bolsonaro representa a forma-limite do pemedebismo. Essa aliança trava a organização de oposições substanciais ao governo, fator que permite a aprovação das demandas bolsonaristas.

Segundo Nobre, mesmo que a extrema-direita tenha ascendido em vários países, é imprescindível

observar a peculiaridade da situação brasileira. Somente aqui a vinda de Bolsonaro, como representante da extrema-direita, foi acompanhada (i) pela inelegibilidade do principal concorrente eleitoral, o ex-presidente Lula; (ii) pelo total desprezo ao meio ambiente; (iii) pela gestão estratégica das redes sociais; e (iv) pelo apoio da operação Lava Jato.

Bolsonaro, reflete Nobre, tem como peculiaridade central o uso das redes para defender suas ideias e projetos antidemocráticos. Em comparação a esta estratégia, o autor rememora um movimento norte-americano, surgido pelos anos 2000, chamado de *Tea Party*, que defendia pautas ultraconservadoras e conseguiu institucionalizar-se. Ocorre que a gestão bolsonarista conduz-se para além da esfera formal da política, ganhando adeptos e força fora da institucionalidade e na contramão da necessidade de supercoalizações, como era a dinâmica política brasileira até meados de 2013.

Bolsonaro, segundo Nobre, filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL) como estratégia para atrair as “novas direitas” e desfilou-se um ano após o início de seu governo, sem optar por nenhum outro partido. Já em 2021, filiou-se ao Partido Liberal (PL) como maneira de aproximar-se do “centrão” no cenário de reeleição. Isso, segundo o autor, reflete, mais uma vez, não apenas a sua postura antissistema, mas as articulações que o atual presidente faz para melhor traçar seus caminhos de interesse, sobretudo para a tentativa de sua reeleição.

Considerações finais do autor

As ideias discutidas no livro refletem, segundo Nobre, que a lógica neoliberal de progresso é de ruptura institucional, destruindo o sistema por dentro. Diante disso, há a ascensão de governos de extrema-direita autoritários que pregam a lógica antissistema, tendo Bolsonaro como um dos principais reflexos. É a partir desta reflexão que o cientista político apresenta algumas saídas alternativas em suas conclusões.

Segundo Nobre, o neoliberalismo ocasionou no Brasil severas consequências, como o questionamento sobre a legitimidade política do Estado, a gradativa ruína da redistribuição de renda e as sucessivas alterações ambientais. Isso reflete que o capitalismo financeirizado atua pela lógica da máxima estrutura estatal para a proteção econômica em paralelo com a fragmentação pública dos aspectos sociais e políticos.

O resultado é um Estado de vigilância maior e seu aparato social diminuído. A ideia proposta pelo autor é pensar além das ruínas do neoliberalismo e entender o que é possível fazer com esses escombros, analisando as organizações partidárias que existem hoje. Uma possibilidade é a reorganização da esquerda, com a finalidade que centre sua luta contra sistemas autoritários e fascistas, verdadeiras ameaças à democracia.

Nobre estabelece duas saídas. A primeira já está sendo colocada em prática em alguns países, como no governo de Joe Biden, nos Estados Unidos, que tenta resolver as mazelas de Trump por meio do reforço aos programas de renda e serviços públicos sociais e ambientais. A segunda, ainda teórica, seria a taxação das grandes fortunas e formulação de uma reforma tributária redistributiva.

As eleições de 2022 não passam despercebidas para Nobre. Segundo o autor, é fundamental, com a vitória da chapa presidencial Lula-Alckmin, estreitar, ao máximo, os ímpetos da extrema-direita brasileira, como caminho para não retornar novamente ao cargo da presidência da República.

Para tanto, Nobre reflete, conclusivamente, que alguns compromissos devem ser firmados: (i) a defesa contra a corrupção, (ii) o reposicionamento das forças armadas, (iii) a vigilância da força bolsonarista nas redes e no Congresso Nacional, (iv) o não retorno do pemedebismo como dinâmica política, (v) a reestruturação da direita afastada do bolsonarismo. Em suma, a grande questão é a proteção da democracia e a busca dos motivos que permitiram a ascensão da extrema-direita ao poder. Entender as falhas é o caminho para que o compromisso democrático tenha mais robustez e amparo contra suas concretas ameaças.

Conclusões das resenhistas

Os desenvolvimentos teóricos de Marcos Nobre, quanto ao funcionamento do sistema político e a ascensão do bolsonarismo, certamente tornaram-se de grande relevância para os pesquisadores e as pesquisadoras que se proponham a investigar a dinâmica da democracia brasileira e os seus desdobramentos mais recentes, especialmente a partir de Junho de 2013.

A obra resenhada nos oferece substanciais argumentos para responder à pergunta “como chegamos aqui?” e nos permite formular hipóteses para a questão “como sairemos deste lugar?”, ou ainda, “como retomaremos o rumo do progresso democrático?”. A crise do pemedebismo, decorrente do surgimento de forças extrainstitucionais e da incapacidade do sistema político de absorver a energia social transformativa, demonstrou como o conservadorismo democrático brasileiro é insuficiente para a efetivação de uma democracia substantiva.

Contudo, a dinâmica pemedebista já comprovou a sua elasticidade, isto é, a capacidade de acomodar governos de viés nacional-desenvolvimentista, social-desenvolvimentista e, agora, protoautoritários. Sem dar o braço a torcer por completo, o pemedebismo rearticula-se, mantendo-se, ainda que sob a sua própria crise, como o arranjo político que dá as cartas para o jogo da democracia no Brasil.

É diante destas reflexões, geradas pelo livro de Nobre, que questionamos: há alternativa ao pemedebismo? Ainda, como estabelecer novas formas de coalizão política, sem travar a operacionalização de planos de governo que exijam, para a efetivação de suas propostas, grandes majorias parlamentares?

Mesmo que a chapa representante da extrema-direita seja vencida nestas eleições, o bolsonarismo, à maneira como foi construído, já deixou algumas marcas no sistema político brasileiro, ainda que envolto sob o manto pemedebista. De fato, como concluiu Nobre, o trabalho de reorganização política e dissipação das forças de extrema-direita será árduo. Igualmente, o rompimento com a dinâmica do pemedebismo é uma urgência desde 2013: a manutenção desta estrutura em crise conflita com a própria sobrevivência democrática, à medida que alcança o seu limite, abrindo espaço para um revés, o autoritarismo.

O livro *“Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro”* é instigante por sua proposta, seu arcabouço teórico e pelo fornecimento de uma leitura crítica a certos paradigmas teóricos, nos possibilitando fazer novos debates sobre o nosso arranjo democrático. Trata-se de um livro de fôlego e estímulo à pesquisa, especialmente nos campos da Filosofia Política, Ciência Política e do Direito.

Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 5-34, 1988.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022. p. 90.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.